



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO 5

MINUTA DE CONTRATO Nº: ____/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1714/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2026

PREGÃO, na forma Eletrônica nº 004/2026

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Pelo presente termo de Contrato que entre si fazem a **Prefeitura da Estância Turística de Pereira Barreto-SP**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 44.446.904/000-10, com sede Av. Jonas Alves de Mello, Nº 1.947, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Sr. **HERMÍNIO BARBOSA KOMATSU**, brasileiro, inscrito na matrícula funcional nº 56217-2, doravante denominada de **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº _____, com sede na _____, na cidade de _____ - CEP _____, neste ato representada pelo(a) Sr(a) _____, empresário(a), doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o o que consta no **PROCESSO Nº 001/2026** e e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, Decreto Municipal nº 6.365, de 18 de janeiro de 2024 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **PREGÃO na forma ELETRÔNICA N.º 004/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

I - OBJETO

CLÁUSULA 1ª - A CONTRATADA, obriga-se a **PRESTAR SERVIÇO DE _____ EM APARELHOS DE ARES CONDICIONADOS, PARA USO DAS DIVERS**

AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO, pelo período de 12 meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência e seus Anexos

1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2. O Termo de referência;

1.2.1. O Edital da Licitação;

1.2.2. A Proposta final do contratado;

1.2.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados;

1.2.4. Em caso de divergência entre este instrumento e as disposições do Termo de Referência, prevalecerá o disposto no Termo de Referência.

DESCRIÇÃO	QUANT.
Limpeza e higienização semestral de ar condicionado tipo split 7.000 btus	12
Limpeza e higienização semestral de ar condicionado tipo split 9.000 btus	160
Limpeza e higienização semestral de ar condicionado tipo janela 9.000 btus	2
Limpeza e higienização semestral de ar condicionado tipo split 12.000 btus	603
Limpeza e higienização semestral de ar condicionado tipo split 12.000 btus - inverter	1



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

Limpeza e higienização semestral de ar condicionado tipo janela 18.000 btus	2
Limpeza e higienização semestral de ar condicionado tipo split 18.000 btus	168
Limpeza e higienização semestral de ar condicionado tipo split 22.000 btus	8
Limpeza e higienização semestral de ar condicionado tipo split 23.000 btus	2
Limpeza e higienização semestral de ar condicionado tipo split 24.000 btus - inverter	2
Limpeza e higienização semestral de ar condicionado tipo split 24.000 btus	113
Limpeza e higienização semestral de ar condicionado tipo split 27.000 btus	1
Limpeza e higienização semestral de ar condicionado tipo split 30.000 btus	16
Limpeza e higienização semestral de ar condicionado tipo split 36.000 btus	20
Limpeza e higienização semestral de ar condicionado tipo split 60.000 btus	36
Limpeza e higienização semestral de ar condicionado tipo split 58.000 btus	2
Limpeza e higienização anual de ar condicionado tipo split 7.000 btus	8
Limpeza e higienização anual de ar condicionado tipo split 9.000 btus	171
Limpeza e higienização anual de ar condicionado tipo split 12.000 btus	589
Limpeza e higienização anual de ar condicionado tipo split 12.000 btus - inverter	1
Limpeza e higienização anual de ar condicionado tipo janela 18.000 btus	20
Limpeza e higienização anual de ar condicionado tipo split 18.000 btus	165
Limpeza e higienização anual de ar condicionado tipo split 22.000 btus	10
Limpeza e higienização anual de ar condicionado tipo split 23.000 btus	3
Limpeza e higienização anual de ar condicionado tipo split 24.000 btus	123
Limpeza e higienização anual de ar condicionado tipo split 27.000 btus -	1
Limpeza e higienização anual de ar condicionado tipo split 30.000 btus -	29
Limpeza e higienização anual de ar condicionado tipo split 36.000 btus -	20
Limpeza e higienização anual de ar condicionado tipo split 58.000 btus -	1
Limpeza e higienização anual de ar condicionado tipo split 60.000 btus -	34
Prestação de serviço anual com manutenção de ar condicionado tipo split 12.000 btus	6
Prestação de serviço anual com manutenção de ar condicionado tipo split 18.000 btus	1
Manutenção preventiva semestral de ar condicionado tipo split 12.000 btus	6
Manutenção preventiva semestral de ar condicionado tipo split 18.000 btus	1
Manutenção preventiva anual de ar condicionado tipo split 23.000 btus	5
Manutenção preventiva semestral de ar condicionado tipo split 23.000 btus	4
Recarga de Gás r - 22	192
Recarga de Gás r - 32	178
Recarga de Gás r - 410	184
Serviço de manutenção/troca de capacitor simples de ar condicionado de 9.000 a 30.000 mil btu's	181
Serviço de manutenção/troca de capacitor duplo de ar condicionado de 9.000 a 30.000 mil btu's	181



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

DESCRIÇÃO	QUANT.
Instalação de Ar condicionado modelo split 9.000 btus	15
Instalação de Ar condicionado modelo split 12.000 btus	161
Instalação de Ar condicionado modelo split 18.000 btus	69
Instalação de Ar condicionado modelo split 24.000 btus	43
Instalação de Ar condicionado modelo split 27.000 btus	1
Instalação de Ar condicionado modelo split 30.000 btus	13
Instalação de Ar condicionado modelo split 36.000 btus	15
Instalação de Ar condicionado modelo split 58.000 btus	1
Instalação de Ar condicionado modelo split 60.000 btus	9
Desinstalação de Ar Condicionado	275

II - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

CLÁUSULA 2ª - O prazo de vigência da contratação será de **12 (doze) meses**, contados a partir do dia ____ de _____ de 2026, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

a) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

b) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

c) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.3. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.4. A eficácia do contrato se opera a partir da publicação do mesmo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

2.5. A execução contratual só poderá se iniciar após a publicação referida no subitem anterior.

III - DO VALOR

CLÁUSULA 3ª - O valor total do objeto descrito na cláusula primeira é de R\$ ----- (-----).

3.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.2. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos, com observância dos valores unitários definidos na proposta comercial da empresa.

IV - DO PAGAMENTO

CLÁUSULA 4ª - O valor total do objeto descrito na cláusula segunda é de aproximadamente R\$ _____.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

O pagamento será efetuado, em **até 30 (trinta) dias**, após a entrega da nota fiscal ou fatura devidamente atestada pelo fiscal designado no contrato ao departamento de contabilidade.

4.1. Os pagamentos serão efetuados, em até **30 (trinta) dias, após a entrega da nota fiscal ou fatura devidamente atestada pelo fiscal** designado no contrato ao departamento de contabilidade. Em caso de devolução da documentação fiscal para correção, seu vencimento correrá 30 (trinta) dias após sua apresentação. O contratado receberá de acordo com a quantidade requisitada e efetivamente entregue.

4.2. O contratado deverá mencionar nas notas fiscais o número do Processo, Pregão, Ata de Registro de Preços e Contrato (quando for o caso).

4.3. Durante a vigência do Registro de Preços, os valores registrados não serão reajustados; somente poderá ocorrer a recomposição de valores nos casos enquadrados na Lei 14.133/2021; para ocorrer a recomposição, deverá a empresa encaminhar documento(s) comprobatório(s) e solicitante, constando o motivo/causa, os índices a serem utilizados; que deverá ser aprovada e pactuada entre as partes; caso a empresa não encaminhe antecipadamente este documento, não ocorrerá a recomposição. O índice a ser utilizado será o IPCA.

4.3.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado;

4.3.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas;

4.4. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes que tiveram seu registro cancelado;

4.5. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa;

4.6. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.7. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

4.8. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

4.3. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

4.4. A contratada deverá mencionar nas notas fiscais o número do Processo, Pregão, Ata de Registro de Preços e Contrato;

4.5. O cronograma de desembolso será de acordo com a necessidade, ou seja, com a quantidade solicitada.

4.6. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA *pro rata diem* de correção monetária.

4.7. Durante a vigência do Registro de Preços, os valores registrados não serão reajustados; somente poderá ocorrer a recomposição de valores nos casos enquadrados na Lei 14.133/2021; para ocorrer a recomposição, deverá a empresa encaminhar documento(s) comprobatório(s) e solicitante, constando o motivo/causa, os índices a serem utilizados; que deverá ser aprovada e pactuada entre as partes; caso a empresa não encaminhe antecipadamente este documento, não ocorrerá a recomposição. O índice a ser utilizado será o IPCA.

4.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão gerenciador e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

4.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, nas mesmas condições por eles ofertados;

4.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa;

4.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão gerenciador atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado atual

4.12. O órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

IV - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

CLÁUSULA 5ª - As despesas do presente contrato correrão por conta das dotações orçamentárias descritas abaixo e ainda por aquela que vier substituir no exercício presente ou vindouro, devidamente compromissada nas correspondentes contratações por meio de emissão de Notas de Empenho prévio:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

02 EXECUTIVO
02.11 **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**
02.11.04 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08 Assistência Social
08.122 Administração Geral
08.122.0028 Gestão Administrativa e Financeira da Assistência Social
08.122.0028.2053.0000 Atendimento da Gestão da Assistência Social
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Ficha: 379 Fonte 01
Código Aplicação: 510.000

02 EXECUTIVO
02.11 **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**
02.11.04 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08 Assistência Social
08.245 Serviços Socioassistenciais
08.245.0031 Programa de Proteção Social Básica
08.245.0031.2054.0000 CRAS/PAIF - Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Ficha: 416 Fonte 05 PISO BÁSICO FIXO CRAS/PAIF
Código Aplicação: 500.062

02 EXECUTIVO
02.11 **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**
02.11.04 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08 Assistência Social
08.245 Serviços Socioassistenciais
08.245.0033 Programa de Proteção Social Especial-Média Complexidade
08.245.0033.2061.0000 CREAS/PAIF - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Ficha: 454 Fonte 05 PISO FIXO MEDIA COMPLE. CREAS/PAEFI
Código Aplicação: 500.083

02 EXECUTIVO
02.11 **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**
02.11.04 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08 Assistência Social
08.122 Administração Geral
08.122.0032 Gestão dos Programas e SUAS
08.122.0032.2058.0000 Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único /IGD-PBF
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Ficha: 806 Fonte 05 IGD-PBF GESTÃO
Código Aplicação: 500.058

02 EXECUTIVO
02.11 **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

02.11.05 DEPARTAMENTO DO CONSELHO TUTELAR
08 Assistência Social
08.243 Assistência à criança e ao adolescente
08.243.0035 Gerenciamento do Conselho Tutelar
08.243.0035.2051.0000 Atendimento para funcionamento do Conselho Tutelar
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Ficha: 470 Fonte 01 Assistência Social Geral
Código Aplicação: 510.000

02 EXECUTIVO
02.11 **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**
02.11.04 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08 Assistência Social
08.245 Serviços Socioassistenciais
08.243.0031 Programa de Proteção Básica
08.245.0031.2133.0000 Serv. De Conv. e fortalecimento de vínculos para pessoa idosa
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Ficha: 802 Fonte 01 Assistência Social Geral
Código Aplicação: 510.000

02 EXECUTIVO
02.08 **DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E RECREAÇÃO**
02.08.01 DEPARTAMENTO DE ESPORTE, LAZER E RECREAÇÃO
27 Desporto e lazer
27.812 Desporto Comunitário
27.812.0024 Gestão do Esporte, Lazer e Recreação
27.812.0024.2039.0000 Manutenção do Departamento de Esporte, Lazer e Recreação
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Ficha: 272 Fonte 01
Código Aplicação: 110.000

02 EXECUTIVO
02.14 **SECRETARIA MUNICIPAL DESENV. URBANO, HABIT. E SEGU.**
02.14.01 DEPARTAMENTO DESENV. URBANO E HABITAÇÃO
04 Administração
04.122 Administração Geral
04.122.0038 Gestão da Secretaria de Desenv., Urbano e Habitação
04.122.0038.2082.0000 Atendimento ao Departamento de Desenv. Urbano e Habitação
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Ficha: 506 Fonte 01
Código Aplicação: 110.000

02 EXECUTIVO
02.14 **SECRETARIA MUNICIPAL DESENV. URBANO, HABIT. E SEGU.**
02.14.05 FUNDO MUNICIPAL DO CORPO DE BOMBEIROS
06 Segurança Pública



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

06.182 Defesa Civil
06.182.0047 Salvamento, resgate, prevenção e Combate a incêndio
06.182.0047.2088.0000 Manutenção do FEBOM
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Ficha: 545 Fonte 01
Código Aplicação: 110.000

02 EXECUTIVO
02.14 **SECRETARIA MUNICIPAL DESEN. URBANO, HABIT. E SEGU.**
02.14.04 DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA
06 Segurança Pública
06.181 Policiamento
06.181.0045 Gerenciamento do Trânsito e Mobilidade Urbana
06.181.0045.2086.0000 Atendimento ao Departamento de Trânsito
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Ficha: 531 Fonte 01
Código Aplicação: 110.000

02 EXECUTIVO
02.03 **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS**
02.03.01 Departamento de Assessoria Jurídica
03 Essencial à Justiça
03.092 Representação Judicial e Extrajudicial
03.092.0003 Apoio Jurídico ao Governo
03.092.0003.2003.0000 Manutenção do Departamento de Assessoria Jurídica
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Ficha: 039 Fonte 01
Código Aplicação: 110.000

02 EXECUTIVO
02.15 **SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PATRIMÔNIO PÚBLICO**
02.15.01 Departamento de Controle e Manu. Bens Públicos
04 Administração
04.122 Administração Geral
04.122.0048 Gestão dos Bens Públicos
04.122.0048.2089.0000 Controle e Manutenção de Bens Públicos
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Ficha: 554 Fonte 01
Código Aplicação: 110.000

02 EXECUTIVO
02.02 **GABINETE DO PREFEITO**
02.02.01 Gabinete e órgãos de assessoramento
04 Administração
04.122 Administração Geral
04.122.0002 Gestão Administrativa do Gabinete e Assessorias
04.122.0002.2002.0000 Manutenção do Gabinete



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Ficha: 016 Fonte 01

Código Aplicação: 110.000

02 EXECUTIVO

02.10 **SECRETARIA MUN. AGRICULTURA, ABAST. E MEIO AMBIENTE**

02.10.01 DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

20 Agricultura

20.605 Abastecimento

20.605.0026 Gestão da Secretaria da Agricultura e Abastecimento

20.605.0026.2045.0000 Serviços de Abastecimento e Segurança Alimentar

3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Ficha: 359 Fonte 01

Código Aplicação: 110.000

02 EXECUTIVO

02.04 **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

02.04.01 Departamento de Administração

04 Administração

04.122 Administração Geral

04.122.0004 Gestão Administrativa

04.122.0004.2004.0000 Manutenção do Departamento da Administração

3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Ficha: 048 Fonte 01

Código Aplicação: 110.000

02 EXECUTIVO

02.13 **SECRETARIA MUNICIPAL TURISMO E CULTURA**

02.13.02 DEPARTAMENTO DE CULTURA

13 Cultura

13.392 Difusão Cultural

13.392.0037 Desenvolvimento da Cultura no município

13.392.0037.2068.0000 Atendimento a Demanda das Atividades Culturais

3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Ficha: 496 Fonte 01

Código Aplicação: 110.000

02 EXECUTIVO

02.07 **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

02.07.01 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO

12 Educação

12.122 Administração Geral

12.122.0015 Gestão Administrativa e Financeira da Secretaria

12.122.0015.2019.0000 Atividade Administrativa da Secre. Educação

3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Ficha: 142 Fonte 01 - Educação - Convênios/entidades/fundos

Código Aplicação: 200.000



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

02 EXECUTIVO
02.07 **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**
02.07.01 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO
12 Educação
12.122 Administração Geral
12.122.0016 Gestão do Centro de Formação Pedagógica
12.122.0016.2023.0000 Atividade de Ensino e Normas Pedagógicas
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Ficha: 151 Fonte 01 - Educação - Convênios/entidades/fundos
Código Aplicação: 200.000

02 EXECUTIVO
02.07 **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**
02.07.02 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA
12 Educação
12.361 Ensino Fundamental
12.361.0017 Gestão do Ensino Fundamental
12.361.0017.2020.0000 Manutenção do Ensino Fundamental
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Ficha: 160 Fonte 01 - Ensino Fundamental - Convênios/entidades/fundos
Código Aplicação: 220.000

02 EXECUTIVO
02.07 **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**
02.07.02 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA
12 Educação
12.365 Ensino Infantil
12.365.0018 EMEI's - Infância que Educa
12.365.0018.2024.0000 Manutenção do Ensino Pré-escolar
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Ficha: 184 Fonte 01 - Educação Infantil - Convênios/entidades/fundos
Código Aplicação: 210.000

02 EXECUTIVO
02.07 **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**
02.07.02 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA
12 Educação
12.365 Ensino Infantil
12.365.0019 Creche - Cuidar e Educar
12.365.0019.2025.0000 Manutenção das Creches Municipais
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Ficha: 195 Fonte 01 - Educação Infantil - Convênios/entidades/fundos
Código Aplicação: 210.000

02 EXECUTIVO
02.07 **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

02.07.04 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO COMPLEMENTAR
12 Educação
12.122 Administração Geral
12.122.0023 Gestão da Educação Complementar
12.122.0023.2031.0000 Manutenção da Educação Complementar
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Ficha: 238 Fonte 01 - Educação - Convênios/entidades/fundos
Código Aplicação: 200.000

02 EXECUTIVO
02.05 **SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**
02.05.02 DEPARTAMENTO DE RENDAS E TRIBUTOS
04 Administração
04.123 Administração Financeira
04.123.0006 Gestão de Rendas e Tributos
04.123.0006.2009.0000 Manutenção do Departamento de Rendas e Tributos
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Ficha: 083 Fonte 01
Código Aplicação: 110.000

02 EXECUTIVO
02.05 **SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**
02.05.01 DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS
04 Administração
04.123 Administração Financeira
04.123.0005 Gestão da Contabilidade e Finanças
04.123.0005.2006.0000 Manutenção da Contabilidade
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Ficha: 064 Fonte 01
Código Aplicação: 110.000

02 EXECUTIVO
02.06 **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**
02.06.01 DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS
15 Urbanismo
15.452 Serviços Urbanos
15.452.0009 Gestão Administrativa à Secretaria de Obras e Serviços
15.452.0009.2010.0000 Atendimento ao Func. Da Secretaria de Obras e Serviços
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Ficha: 091 Fonte 01
Código Aplicação: 110.000

02 EXECUTIVO
02.09 **SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE**
02.09.03 ATENÇÃO BÁSICA
10 Saúde
10.301 Atenção Básica



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

10.301.0025 Aperfeiçoamento do Sistema Único - SUS
10.301.0025.2041.0000 Fortalecendo a Atenção Básica
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Ficha: 305 Fonte 01 - SAÚDE GERAL
Código Aplicação: 310.000

02 EXECUTIVO
02.13 **SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA**
02.13.01 DEPARTAMENTO DE TURISMO
23 Comércio e Serviços
23.695 Turismo
23.695.0036 Gestão do Fomento ao Turismo
23.695.0036.2067.0000 Atendimento a Gestão dos Ativos Turísticos
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Ficha: 485 Fonte 01
Código Aplicação: 110.000

VI - DO REAJUSTE

CLÁUSULA 6ª - Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da consolidação do orçamento estimado, qual seja, em _____de_____de **2026**.

6.1. Os preços iniciais serão reajustados, mediante critérios estabelecidos no Termo de Referência, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.2. Havendo reequilíbrio econômico-financeiro do contrato ou alteração do preço da ata de registro de preços com reflexo no contrato, ocorrerá a modificação da data-base definida na cláusula 6 deste instrumento, passando a mesma a coincidir com a data da revisão do preço, sendo que os próximos reajustamentos anuais serão considerados a partir de então.

6.3. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento definido no Termo de Referência, caso solicitado pela contratada, poderá o contratante pagar ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.4. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

6.7. O reajuste será realizado, em regra, por apostilamento.

6.8. A Contratada se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até o percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato, conforme disposto no Art. 125 da Lei 14.133/2021, e suas alterações.

VII - MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

CLÁUSULA 7ª - Deverão ser assegurados à CONTRATANTE amplos poderes para fiscalizar e acompanhar o serviço contratado, bem como o direito de obter os esclarecimentos que julgar necessários, devendo a CONTRATADA fornecer relatórios ou quaisquer informações que lhe forem solicitados.

7.1. A ação fiscalizadora da CONTRATANTE não fará cessar nem diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas neste Contrato ou por irregularidades constatadas, nem por quaisquer danos causados, inclusive a terceiros.

7.2. O acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços serão exercidos pelos servidores:

Pela Secretaria de Administração: Fábio Ricardo Nonato (53932) e Rafael Nonato Bassora (53279-1)

Pela Secretaria Municipal de Assistência Social: Priscila da Silva Salamão (50326-1) e Giovani Ricardo Noguchi França (58283-1).

Pela Secretaria Municipal de Cultura: Sidnei Ferreira da Silva Junior (58299-1) e Fábio Ricardo Nonato (53932)

Pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Segurança - Bombeiro: José David Coffani e José Licurgo Beolchi.

Pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Segurança - Departamento de Segurança Pública: Reginaldo Pereira Auto (37940-1) e Cid Antônio Leopoldino (55102-1)

Pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Segurança - Departamento de Habitação e Interesse Social: Geovanna Lima Faustino (58320-1) e João Paulo Cerqueira Yamaguchi (53260-1)

Pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Segurança - Departamento de Desenvolvimento Econômico: Adelino José Ribeiro (3450-1) e Fernanda Libório Pasqualetto (57477-1)

Pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos: Fábio Ricardo Nonato (53932) e Denis Carlos Dias dos Santos (34673-1)

Pela Secretaria Municipal de Saúde: Valéria Bueno da Câmara (55002-1) e Octalicio Cezario Ferreira Neto (55790-1)

Pela Secretaria Municipal de Agricultura: José Daniel Soler Garves (58473-1) e Lilian de Lima Alves (55044-1)

Pela Secretaria Municipal de Turismo: Fábio Ricardo Nonato (53932) e Flávio Ramos de Oliveira (58298-1)

Pela Departamento de Esportes, Lazer e Recreação: Braz José Dourado Junior (55112-1) e Daniel Dias de Oliveira (55955-1)

Pela Secretaria de Assuntos Jurídicos: Aline Mesquita de Lisboa (58263) e Andresa Souza dos Santos (58307)



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

Pela Gestão do Patrimônio: Fábio Ricardo Nonato (53932) e Valéria Pereira Delgado (55869-1)

Pelo Gabinete e Assessorias: Fábio Ricardo Nonato (53932) e Thiago Miyasaki Simão (57940)

Pela Secretaria de Educação: Massumi Kiwada Toyoda (37281-2) e Vitor Luiz Lima Corrêa (53685)

Pelo Departamento de Finanças - Rendas e Tributos - Ana Carolina Pegoraro (44113) e Nathalia Beatriz Rover Marcílio (55888-1)

Pelo Departamento de Finanças - Contabilidade - Érica Cristina de Araújo Silva (52256-1) e Márcio Vinicius de Andrade Vilalva (55765-1)

7.3. Certificar as notas fiscais/recibos correspondentes e encaminhá-las imediatamente ao Órgão Financeiro do Município, após constatar o fiel cumprimento das obrigações estabelecidas neste instrumento.

7.4. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7.5. A **GESTÃO DO CONTRATO** ficará sob a responsabilidade do servidor **Sr. Gregório Sulian Souza Arantes**, matrícula nº **57921-1**.

VIII - SUBCONTRATAÇÃO

CLÁUSULA 8ª - Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

IX - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

CLÁUSULA 9ª - São obrigações do Contratante:

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

9.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

9.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

9.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.8. Cientificar o órgão de representação judicial, quando for o caso, para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

9.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações, inclusive sobre eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

9.10. Deverá ser observado o prazo de 01 (um) mês de prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, contado da data do protocolo do requerimento, caso não haja disposição legal ou prazo específico estabelecido no Termo de Referência, sendo admitida a prorrogação uma vez, por igual período, desde que motivado;

9.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

9.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

X - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

CLÁUSULA 10ª - São obrigações do Contratado:

10.1 - O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.1.1 - Entregar o objeto nas quantidades, prazos e condições pactuadas, acompanhado do manual, folders, catálogo, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando for o caso;

10.1.2 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078, de 1990);

10.1.3 - Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, caso não tenha sido fixado prazo diverso no Termo de Referência;

10.1.4 - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.1.5 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.1.6 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.1.7 - Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratação.

10.1.8 - Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

10.1.9 - Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, quando não for definido prazo diverso no Termo de Referência, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

10.1.10 - Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

10.1.11 - Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei Federal nº 14.133, de 2021);



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

10.1.11.1 - Quando solicitado, comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021);

10.1.12 - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.13 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, inc. II, alínea “d”, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

10.1.14 - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

10.1.15 - Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência, se for o caso;

10.1.15. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato, quando aplicável;

10.1.16. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

10.1.17. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do termo de referência ou instrumento congênere.

XI - GARANTIA DE EXECUÇÃO

CLÁUSULA 11ª - Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

XII - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL

CLÁUSULA 12ª - Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, sendo que em caso de multa esta corresponderá a 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, mais multa moratória de 0,5% (meio por cento), por dia de atraso, **conforme Ata nº ____/2026.**

XIII - DA RESCISÃO

CLÁUSULA 13ª - Este contrato poderá ser rescindido por mútuo consenso das partes, ou unilateralmente, por iniciativa do CONTRATANTE, se a CONTRATADA não cumprir com quaisquer das cláusulas ou condições ora avançadas, bem como por infração ao disposto no artigo 137 e seguinte da lei nº 14.133/2021.

XIV - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

CLÁUSULA 14ª - O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

14.1. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

14.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

14.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

14.4. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.6. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.7. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

14.7.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.7.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.7.3. Indenizações e multas.

XV - DA VINCULAÇÃO

CLÁUSULA 15ª - A prestação de serviço obedecerá ao estipulado neste Contrato, na Lei 14.133/2021, bem como, às obrigações assumidas nos documentos adiante enumerados constantes do **Processo Licitatório nº 021/2026**, e que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato, no que não o contrariem:

- Edital do Pregão Eletrônico n.º 004/2026;
- Anexo III – Termo de Referência – do Pregão Eletrônico nº 004/2026;
- Ata da Sessão Pública, datada de __/__/2026;
- Proposta final firmada pela CONTRATADA.

XVI - DOS CASOS OMISSOS

CLÁUSULA 16ª - Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Instrumento serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas a Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

XVII - DAS PENALIDADES – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PORMENORIZADAS

CLÁUSULA 17ª - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.1. Pelo atraso e inexecução total ou parcial deste contrato, bem como outras infrações, ressalvados os motivos de força maior devidamente comprovados e a critério do CONTRATANTE, a CONTRATADA sujeitar-se-á às seguintes sanções:

17.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (156, §1º, e art. 155, inciso I, da Lei nº 14.133/2021);

17.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

17.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

17.2.4. Multa, pelo atraso injustificado na execução da obra:

17.2.4.1 moratória de 0,5 % (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

17.2.4.2. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

17.2.4.3. compensatória de 30 % (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

17.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

17.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

17.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

17.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

17.7. A multa não impede que o CONTRATANTE rescinda unilateralmente este contrato e aplique outras sanções.

17.8. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada nos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE, inclusive de eventual garantia prestada, ou cobrada judicialmente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

17.9. Da aplicação de qualquer multa será a CONTRATADA intimada para recolhê-la aos cofres do CONTRATANTE no prazo de trinta dias úteis.

17.10. O montante de multas aplicadas à CONTRATADA não poderá ultrapassar a 30% (trinta por cento) do valor global do contrato, nos termos do art. 156, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

17.11. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

17.12. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

17.13. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.14 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

17.15. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

17.16. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

17.17. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

17.18. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

XVIII -DA ENTREGA DO OBJETO - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA 18ª - Os serviços deverão ser prestados, nos horários estipulados por cada Secretaria/Departamento, devendo observar o prazo máximo de atendimento de até 48 (quarenta e oito) horas para executar a ordem de serviço, nos **horários entre 7h30 às 11h30 e 13h às 17h**, nos endereços e horários conforme segue:

➤ **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

1-CREAS - Av. Gregório Sulian nº 1688, Vila Municipal - CEP: 15.371-266

2-MSE - Medida Socioeducativa e Conselho Tutelar - Rua Francisca Senhorinha Carneiro nº 1691, Jd. Santa Mônica - CEP: 15.371-300

3-SMAS - Secretaria Municipal de Assistência - Av. Brasil nº 1736, Jardim Imperador - CEP: 15.371-350

4-CRAS - Rua Dermival Franceschi, nº 2282 - 15370-072

5-SCFVI - Serviço de Conv. e Fortalecimento de vínculos para pessoa Idosa - Rua Santa Catarina, nº 2134, Vila Marão.

6-CAD - Cadastro Único, Rua Dermival Franceschi, nº 2294

➤ **DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESPORTES, LAZER E RECREAÇÃO:** Continuação da Rua Amazonas, s/n, Atrás do prédio da FACMOL

➤ **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO HABITAÇÃO E SEGURANÇA:**

1- BOMBEIROS: Rua Argentina, nº 3858 - Jd. Aeroporto - CEP: 15372-122

2-SEGURANÇA PÚBLICA: Rua Francisco Paschoal Netto, nº 1360

3-HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL: Av. Jonas Alves de Melo, nº 1947, sala 10

4-DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: Praça da Bandeira, nº 80, centro

➤ **DEPARTAMENTO DE ASSESSORIA JURÍDICA - Paço Municipal**

Av. Coronel Jonas Alves de Mello, 1.947 - CEP. 15.370-042

➤ **SECRETARIA DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO**

1- Departamento de Controle e Manutenção de Bens Públicos - Avenida Jonas Alves de Melo nº 1947;

2- Departamento de Transporte - Avenida Benedito Jorge Coelho nº 3833;

3- Cemitério Municipal - Avenida Dom Pedro II, s/n.

4- Cartório Eleitoral - Rua Ary Dornellas Carneiro, nº 1255 - Galeria Grandes Lagoas

➤ **GABINETE DO PREFEITO - PAÇO MUNICIPAL**

Av. Coronel Jonas Alves de Mello, 1.947 - CEP. 15.370-042

➤ **SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA:** Av. Benedito Jorge Coelho, nº 4736 - Parque Industrial - CEP: 15.375-530

➤ **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

- 1- **Secretaria Municipal de Saúde** - Av. Jonas Alves de Mello, nº 1947
- 2- **Central de Abastecimento da Saúde - CAS** - Av. Jonas Alves de Mello, nº 1970
- 3- **UBS III** - Centro de Saúde - Rua Dr. Dermival Franceschi, nº 1826
- 4- **UBS Antônio Domiciano Barbosa "Lapinha"** - Rua Cyro Maia, nº 671
- 5- **UBS José Alexandrino Filho "Marão"** - A. Dom Pedro II, nº 2545
- 6- **Cento TEA** - Av. Dom Pedro II, nº 2565
- 7- **Centro Odontológico** - Rua Dermival Franceschi, nº 2397
- 8- **UBS Celestino de Carvalho "Ipê"** - Rua Benigno Lopes, nº 1834
- 9- **UBS valter Gatti "Nova Veneza"** - Rua Cel. Basileu Estrela, nº 3223
- 10- **Academia da Saúde "Paraíso"** - Av. Humberto Liedtke, s/nº
- 11- **UBS Nildo Neri de Oliveira "Cohab"** - Rua Yokio Akiyama, nº 3854
- 12- **Rua Yokio Akiyama S/N, Pereira Barreto - SP CAPS** - Centro de Atenção Psicossocial
- 13- **Centro de Controle de Zoonoses CCZ** - Av. Benedito Jorge Coelho, s/nº
- 14- **Ponto de Atendimento "Hortifruti"** - Complexo Hortifrutigranjeito
- 15- **Ponto de Atendimento "Km 11"** - Rodovia Kazuo Namiki, KM11
- 16- **UBS Fazenda Esmeralda** - Assentamento da Faz. Esmeralda.

➤ **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - Paço Municipal**

Av. Coronel Jonas Alves de Mello, 1.947 - CEP. 15.370-042

➤ **SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA**

1- **Casa da Cultura**: Rua: Dermival Franceschi, nº 2301

2- **Polo Cultural**: Av. Jonas Alves de Melo, nº 1550 - Centro

➤ **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:**

1- **Secretaria Municipal de Educação**: Rua Hirayuki Enomoto, nº 1245

2- **Setor Municipal de Alimentação Escolar**: Rua Cyro Maia, nº 2344

3- **Centro de Formação do Professor**: Rua Cyro Maia, nº 2386

4- **CEMEI Prof. Edith Barbosa Vasconcellos** - Av. Dom Pedro II, próximo a praia municipal

5- **CEMEI Prof. Milhen Carlos Farhat** - Rua Escritor Carlos Moreira, nº 4126

6- **CEMEI Saci Pererê** - Av. Brasil s/n

7- **CEMEI Margareth Alves Martins Ferreira** - Av. Dom Pedro II, próximo a praia municipal

8- **CRECHE Prof. Rose Fachini**: Av. Pereira Barreto, nº 3140

9- **CRECHE Sossego da Mamãe**: Rua Pará, nº 1823

10- **EMEI Assumpta Scatena Garcia**: Rua Rodrigue Alves. Nº 1534

11- **EMEI Emilia**: Rua Antônio Antunes Vieira, nº 2031

12- **EMEI Marques de Rabicó**: Rua Paraguai, nº 3362

13- **EMEI Sítio do Pica Pau Amarelo**: Rua Luis Lourenço Medeiros, nº 1221

14- **EMEB Prof. Celda Mello Oliveira**: Rua Dermival Franceschi, nº 645

15- **EMEB Hirayuki Enomoto**: Av. Missao Akissue, nº 2126

16- **EMEB Prof. Maria Elza de A. Domingues** - Rua Pará, nº 981

17- **EMEF Fazenda Esmeralda: Zona Rural** - Fazenda Esmeralda

➤ **SECRETARIA DE FINANÇAS (RENDAS E TRIBUTOS E CONTABILIDADE) - Paço Municipal**

Av. Coronel Jonas Alves de Mello, 1.947 - CEP. 15.370-042



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

➤ **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS:** Av. Benedito Jorge Coelho, nº 3654 - Parque Industrial - CEP: 15372-132

➤ **SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO**

1- Secretaria, área de vivência e Camarins do Espaço Multi Eventos- Rodovia Padre Valentin Felipe Stefanoni, nº 49, Praia Por-do-Sol - CEP:15371-372

18.2. É justificável o atraso do serviço, nos casos em que todas as Secretarias/Departamentos solicitarem atendimento concomitantemente, desde que justificado pelo licitante vencedor, devendo reduzir a termo, pedir prorrogação do prazo para o atendimento, através de ofício protocolizado no paço.

18.2.1. A justificativa acima indicada não se aplica para os casos de atendimento **PRIORITÁRIO E EMERGENCIAL, em locais críticos, como salas de vacinas e consultórios**, estabelecem-se os seguintes requisitos: Atendimento Prioritário e Agilidade no Serviço:

18.2.1.1 Prazo de Resposta: A empresa contratada nesses casos específicos deverá atender a solicitação para manutenção corretiva com o tempo máximo de resposta de até 2 (duas) horas após a notificação do problema.

18.2.1.2. Prazo de Solução: O reparo deverá ser concluído no menor tempo possível, com prazo limite de até 6 (seis) horas, salvo em situações excepcionais que exijam substituição de peças não disponíveis de imediato.

18.3. No caso de atrasos injustificáveis na prestação dos serviços ou prestação de serviços deficientes, os Fiscais Contratuais farão constar a ressalva na nota fiscal e rejeitarão o serviço, para posterior contra prestação pela licitante vencedora, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

18.4. Todas as despesas de transporte, entregas, e todos os demais custos necessários para o total adimplemento das obrigações aqui relacionadas, ocorrerão por conta da licitante vencedora.

18.5. Nenhum vínculo empregatício se estabelecerá entre os empregados da licitante vencedora, ou de terceiros, com o Município de Pereira Barreto.

18.6. Correrão por conta, exclusiva da licitante vencedora, todos e quaisquer tributos em razão dos serviços objeto desta licitação, qualquer que seja a modalidade de sua incidência, inclusive o imposto de renda.

18.7. Prazos e condições de entrega do Objeto:

18.7.1. O objeto do contrato será recebido:

18.7.1.1. em se tratando de compras:

a) provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações deste termo de referência, da proposta do fornecedor e Contrato quando couber;

b) definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes no termo de referência, da proposta do fornecedor e Contrato quando couber, e sua consequente aceitação, que se dará até 05(cinco) dias do recebimento provisório.

§ 1º O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

§ 2º O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

§ 3º Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo serão definidos em regulamento ou no contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

§ 4º Salvo disposição em contrário constante do edital ou de ato normativo, os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado.

18.8. Na hipótese de a verificação a que se refere o item anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações contidas neste Termo de Referência, na proposta do fornecedor e Contrato, quando couber.

18.9. O recebimento provisório ou definitivo do objeto deste termo não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos decorrentes da incorreta execução do contrato.

18.10. A contratada obriga-se a prestar a **garantia** sem qualquer ônus adicional para a Prefeitura Municipal de Pereira Barreto, contados a **partir do seu recebimento definitivo**, sob pena de sofrer as sanções legais aplicáveis. Além de ser obrigada a reparar os prejuízos que causar a Contratante ou a terceiros, decorrentes de falhas nos produtos ou de sua respectiva entrega ou ainda relacionados à fabricação ou armazenagem, durante o período de garantia do material, a Contratada deverá arcar com as substituições em decorrência de defeitos de fabricação, transporte, avarias, embalagem ou armazenamento e outros eventos, para os quais a Contratante não concorreu. Para a perfeita execução do objeto deste contrato, aplica-se, no que couber, o Código de Defesa do Consumidor – Lei Nº 8.078/1990.

18.11. No caso de vício oculto, a contagem do prazo inicia-se no momento em que ficar evidente.

18.12. CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO: O objeto será recebido e aceito após sumária inspeção pelos fiscais do contrato, podendo ser rejeitado, caso a qualidade e especificações não atendam ao que foi licitado e às condições de recebimento e aceitação do produto/serviço constantes do **Termo de Referência do edital**, e **DEVERÁ** ser substituído pelo fornecedor, **no prazo máximo de 1 (um) dia, sem ônus para o Município.**

XIX - DA PUBLICAÇÃO

CLÁUSULA 19ª - Incumbirá à CONTRATANTE a publicação do extrato deste Contrato no Diário Oficial do Município, conforme dispõe a legislação vigente.

XX - DA MAPA DE RISCO

CLÁUSULA 20ª - O MAPA DE RISCO encontra-se disponível como anexo 2 do edital.

20.1. A CONTRATADA é integral, e exclusivamente, responsável por todos os riscos colocados como de sua competência, relacionados ao objeto do contrato, conforme estabelecido no Mapa de Risco.

20.2. A CONTRATADA não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do contrato, cuja responsabilidade é da CONTRATANTE, conforme estabelecido na Mapa de Risco.

20.3. Constitui peça integrante deste contrato, independentemente de transcrição no instrumento respectivo, o Mapa de Risco.

20.4. O termo risco neste contrato é designado como um evento ou uma condição incerta que, se ocorrer, tem um efeito em pelo menos um objetivo do contrato. O risco é o resultado da combinação entre probabilidade de ocorrência de determinado evento futuro e o impacto resultante caso ele ocorra.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

20.5. A análise dos riscos associados a prestação do serviço é realizada com base nas informações do Mapa de Risco.

XXI - DO FORO

CLÁUSULA 21ª - O Foro do presente Contrato será o da Comarca de Pereira Barreto, Estado de São Paulo, excluindo outro, por mais privilegiado que seja. E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas.

Estância Turística de Pereira Barreto, __ de _____ de 2026.

Pela Contratante:

Pelo Contratado:

Hermínio Barbosa Komatsu
Prefeito
Matrícula 56217-2

Fiscais do Contrato:

Rafael Nonato Bassora
Sec. de Administração
Matrícula 53279-1

Priscila da Silva Salamão
Sec. de Assistência Social
Matrícula 50326-1

Giovani Ricardo Noguchi França
Sec. de Assistência Social
Matrícula 58283-1

Sidnei Ferreira da Silva Junior
Diretor de Cultura
Matrícula 58299



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

José David Coffani

Sec. de Desen. Urbano - Bombeiros

José Licurgo Beolchi

Sec. de Desen. Urbano - Bombeiros

Denis Carlos Dias dos Santos

Sec. De Obras e Serv. Públicos

Matrícula 34673-1

Valéria Bueno da Câmara

Secretaria. de Saúde

Matrícula 55002-1

Octalicio Cezario Ferreira Neto

Secretaria de Saúde

Matrícula 55790-1

Lilian de Lima Alves

Sec. Da Agricultura

Matrícula 55044-1

José Daniel Soler Garves

Sec. Da Agricultura

Matrícula 58473-1

Flávio Ramos de Oliveira

Secetaria De Turismo

Matrícula 58298-1

Braz José Dourado Junior

Departamento de Esportes

Matrícula 55112-1

Daniel Dias de Oliveira

Departamento de Esportes

Matrícula 55955-1

Reginaldo Pereira Auto

Segurança Pública

Matrícula 37940-1

Cid Antônio Leopoldino

Segurança Pública

Matrícula 55102-1



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

Geovanna Lima Faustino

Habitação e Interesse Social

Matrícula 58320-1

João Paulo Cerqueira Yamaguchi

Habitação e Interesse Social

Matrícula 53260-1

Adelino José Ribeiro

Desenvolvimento Econômico

Matrícula 3450-1

Fernanda Libório Pasqualetto

Desenvolvimento Econômico

Matrícula 57477-1

Aline Mesquita de Lisboa

Secretaria de Assuntos Jurídicos

Matrícula 58263

Andresa Souza dos Santos

Secretaria de Assuntos Jurídicos

Matrícula 58307

Valéria Pereira Delgado

Gestão do Patrimônio

Matrícula 55869-1

Thiago Miyasaki Simão

Gabinete e Assessorias

Matrícula 57940

Massumi Kiwada Toyoda

Educação

Matrícula 37281-2

Vitor Luiz Lima Corrêa

Educação

Matrícula 53685



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

Ana Carolina Pegoraro

Rendas e Tributos

Matrícula 44113

Nathalia Beatriz Rover Marcílio

Rendas e Tributos

Matrícula 55888-1

Érica Cristina de Araújo Silva

Contabilidade

Matrícula 52256-1

Márcio Vinicius de Andrade Vilalva

Contabilidade

Matrícula 55765-1

Fábio Ricardo Nonato

Sec. de Administração

Secretaria de **Cultura** e Turismo

Secretaria de Cultura e **Turismo**

Sec. De Obras e Serv. Públicos

Gestão do Patrimônio

Gabinete e Assessorias

Matrícula 53932

Testemunhas:
